



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:  
15.545/2019-e

**PARECER:** 448/2019–G1P

**ASSUNTO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 15.545/2019-e

**EMENTA:** 1. EXAME DA LEGALIDADE DE ADMISSÕES. RESOLUÇÃO Nº 140/2001. CARGO. PROFESSOR. ESPECIALIDADE. EDUCAÇÃO BÁSICA. DISCIPLINA. ATIVIDADES, INFORMÁTICA, MATEMÁTICA E NUTRIÇÃO. ÓRGÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL REGULADOR DO CERTAME Nº 1/2008 (DODF DE 15/9/2008). ACUMULAÇÃO DE CARGOS. REQUISITOS CUMPRIDOS. ART. 37, XVI, A E B, DA CARTA FEDERAL. ADMISSÃO SUB JUDICE.  
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE A LEGALIDADE.  
3. AQUIESCÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. O processo supramencionado versa sobre o exame da legalidade de 11 admissões no cargo de Professor de Educação Básica, realizadas pela Secretaria de Estado de Educação, com supedâneo no Edital nº 1/2008, publicado no DODF de 15/9/2008, regulador do concurso público que visava ao provimento de vagas na Carreira de Magistério Público do Quadro de Pessoal do Distrito Federal em diversas áreas. Referido concurso foi acompanhado pelo e. **Tribunal de Contas** no Processo nº 31.011/2008.

2. A 3ª Divisão de Fiscalização de Pessoal destacou, inicialmente, que as nomeações se deram de acordo com a ordem de classificação e dentro do prazo de validade do concurso. Ressaltou, ainda, que os prazos para posse e exercício foram corretamente observados.

3. No tocante à admissão das Sras. Cristiane Oliveira Curci Cesar, Gisele Rejane Souza Calovi, Jackeline Barcelos Pontes e Natascha Façanha Silva Ramos, frisou que *“ingressaram na SE mediante decisões judiciais que já transitaram em julgado, com teores a elas favoráveis, conforme informações devidamente cadastradas no SIRAC. Nesse caso, somos por que o Tribunal considere regulares tais admissões.”*

4. O Corpo Técnico prosseguiu listando as informações relativas às acumulações declaradas, na forma a seguir:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:  
15.545/2019-e

| Nome                       | Cargo acumulado        | Local de trabalho | Compatibilidade horária |
|----------------------------|------------------------|-------------------|-------------------------|
| Carlos Augusto Corrêa      | Professor              | SEE/GO            | ---                     |
| Ernany Santos de Almeida   | Professor              | SEMED/Santarém    | ---                     |
| Manoel Pereira da Silva    | Técnico Administrativo | SES/DF            | ---                     |
| Maria Helena Loiola Silva  | Professor              | SEE/DF            | Sim                     |
| Sebastião Vieira de Farias | Professor              | SEE/GO            | ---                     |

5. Asseverou que a situação de acumulação de Maria Helena Loiola Silva pode de plano ser considerada **lícita**, eis que está amparada pela exceção constitucional inserta no art. 37, XVI, **a**.

6. Salientou que “*Carlos Augusto Corrêa não mais ocupa o cargo de Professor em Goiás, conforme apuramos junto à RAIS 2019, mas exerce, desde 1.3.2013, outro cargo de Professor junto à SEE/DF. Em consulta ao SIRAC, verificamos que o Tribunal já conferiu legalidade ao ato de admissão de 1.3.2013, ocasião em que foi analisada a acumulação com o cargo cuja admissão ora se analisa. Sendo assim, pode a presente admissão ser considerada legal, para fins de registro.*”

7. Consignou que “*Ernany Santos de Almeida declarou acumular outro cargo de Professor junto à SEMED/Santarém. Contudo, em consulta ao NIE/TCDF e à RAIS 2019, verificamos que o servidor não mais exerce esse cargo, mas ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (cargo de nível superior) junto ao Ministério do Esporte desde 13.10.2009. Em pesquisa ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH (módulos ‘CAPDES11’ e ‘CADPES31’), constatamos que o servidor trabalha atualmente no período noturno na SE (20h), havendo, portanto, compatibilidade de horários, haja vista que no órgão federal labora no período diurno. Assim, a acumulação encontra guarida no art. 37, XVI, ‘b’, da CF, razão pela qual sugerimos que a admissão em comento seja considerada legal, pra fins de registro.*”

8. Prosseguindo a análise destacou que, em consulta realizada ao SIGRH, restou constatado que o servidor Manoel Pereira da Silva foi exonerado do cargo de Técnico Administrativo que ocupava na SES/DF, em 27/7/2009. Assim, a acumulação de cargos deixou de existir.

9. Quanto ao servidor Sebastião Vieira de Farias, salientou também que a acumulação de cargos não mais persiste, considerando informações constantes da RAIS 2019.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:  
15.545/2019-e

10. Destacou que “apesar de não constar na ficha admissional que Adalberto Pereira da Silva acumula cargo, verificamos junto ao NIE/TCDF e à RAIS 2019 que ele já exercia o cargo de Auditor de Controle Interno na Controladoria Geral do DF (desde 31.8.2010), quando ingressou na SE. Mediante consulta ao SIGRH, constatamos que o servidor trabalha no período diurno na CGDF (40h) e atualmente no período noturno na SE (20h), de forma que a acumulação é lícita, porquanto compatível com o art. 37, XVI, ‘b’, da CF, podendo a admissão ser considerada legal e a falha apontada ser relevada.”

11. Registrou, ainda, que a admissão referente a Emílio Evaristo de Sousa poderia ser considerada legal, para fins de registro, por não apresentar irregularidades.

12. Ao final, o Corpo Técnico apresentou as seguintes sugestões ao e. **Plenário**:

*“I – tomar conhecimento das fichas admissionais juntadas ao presente processo;*

*II – considerar legais, para fins de registro, em atendimento ao art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, as seguintes admissões realizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, decorrentes do concurso público inaugurado pelo Edital nº 1/2008, publicado no DODF de 15.9.2008:*

**Professor de Educação Básica, especialidade: Atividades:** Ernany Santos de Almeida;

**Professor de Educação Básica, especialidade: Informática:** Adalberto Pereira da Silva e Emílio Evaristo de Sousa;

**Professor de Educação Básica, especialidade: Matemática:** Carlos Augusto Corrêa, Manoel Pereira da Silva, Maria Helena Loiola Silva e Sebastião Vieira de Farias;

*III – considerar regulares as seguintes admissões, realizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, decorrentes do concurso público inaugurado pelo Edital nº 1/2008, publicado no DODF de 15.9.2008, por guardarem conformidade com as decisões judiciais que lhes deram causa, já transitadas em julgado:*

**Professor de Educação Básica, especialidade: Nutrição:** Cristiane Oliveira Curci Cesar, Gisele Rejane Souza Calovi, Jackeline Barcelos Pontes e Natascha Façanha Silva Ramos;

*IV – autorizar o arquivamento dos presentes autos.”*

13. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.

14. A teor do que dispõe o art. 1º, inciso I, alínea **b**, da Resolução nº 140/2001, que disciplina a tramitação de processos no âmbito desta c. **Corte de Contas**, as Secretarias de Controle Externo deverão encaminhar a este **Parquet** os processos que se encontrem na fase de julgamento, apreciação, ou exame de mérito de recurso, e que tratem de aposentadoria, reforma ou pensão, como é o caso dos presentes autos. Do mesmo modo, o Regimento Interno do e. **TCDF**, aprovado pela Resolução nº 296/2016, salienta, em seu art. 54, II, que compete



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:  
15.545/2019-e

ao **MPC/DF** manifestar-se nos processos que apreciem atos de **admissão de pessoal** e concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

15. De início, verifico, em consonância com a Unidade Técnica, que a admissão dos servidores **obedeceu ao Edital regulador do concurso público**. Ademais, os prazos para que os servidores tomassem posse e entrassem em exercício também foram devidamente observados.

16. O **Parquet** de contas verificou que as Sras. Cristiane Oliveira Curci Cesar, Gisele Rejane Souza Calovi, Jackeline Barcelos Pontes e Natascha Façanha Silva Ramos, ajuizaram demandas perante o c. **TJDFT** cujas decisões judiciais lhes foram favoráveis, podendo o e. **TCDF**, portanto, reconhecer a regularidade das admissões.

17. Respeitante à acumulação de dois cargos de Professor declarada pela servidora Maria Helena Loiola Silva, observo que tal situação possui enquadramento na exceção especificada no art. 37, XVI, **a**, da Carta Federal. Sendo assim, havendo **compatibilidade de horários** e sendo os **cargos de professores**, como de fato são, permitida está a acumulação de cargos públicos excepcionalmente autorizada pela Carta Magna.

18. Respeitante às acumulações de dois cargos públicos pelos Carlos Augusto Corrêa, Adalberto Pereira da Silva e Ernany Santos de Almeida, observo que tais situações possuem enquadramento na exceção especificada no art. 37, XVI, **a e b**, da Carta Federal, conforme a redação a seguir:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver **compatibilidade de horários**, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:*

*(...)*

*a) de dois cargos de professor;*

*b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;”* (Grifos acrescidos)

19. Sendo assim, havendo **compatibilidade de horários** e sendo os cargos acumuláveis, **atendendo as premissas constitucionais**, permitida está a acumulação de cargos públicos excepcionalmente autorizada pela Carta Magna.

20. Observo, também, que os servidores Manoel Pereira da Silva e Sebastião Vieira de Farias deixaram de acumular os cargos declarados, podendo, nessa oportunidade, suas admissões serem consideradas legais para fins de registro.

21. Com relação ao servidor Emílio Evaristo de Sousa, **compartilho do entendimento** da Unidade Técnica quanto à **legalidade da admissão**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPCDF

Proc.:  
15.545/2019-e

22. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas** opina pelo acolhimento da sugestão emanada da Área Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 1º de agosto de 2019.

***Demóstenes Tres Albuquerque***  
*Procurador Substituto*